

Como se fossem livres: ingênuos, famílias negras e a liberdade em Lages/SC - 1871-1888

Jasmini Letícia Maurer

Mestre no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Isabel Rosa Gritti

Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
isabel.gritti@uffs.edu.br

Paul D, por sua vez, acreditava que era perigoso “amar alguma coisa tanto assim”. Para uma mulher que era escrava, amar alguma coisa tanto assim era perigoso, principalmente se era a própria filha que ela havia resolvido amar. A melhor coisa, ele sabia, era amar só um pouquinho; tudo, só um pouquinho, de forma que quando se rompesse, ou se fosse jogado no saco, bem, talvez sobrasse um pouquinho para a próxima vez (MORISSON, 2018, p.72).

Este trecho está presente no romance *Amada* de autoria da estadunidense Toni Morrison, que com estas palavras inicia sua reflexão quanto ao amor, mais precisamente, o afeto que uma mulher negra na condição de escravizada poderia nutrir pelos seus filhos/as e demais membros de sua família. Para a autora, o segredo seria amar só um pouquinho, para sobrar alguma coisa para depois, considerando as eminentes chances de perda. O medo da separação e da perda de seus familiares foi enfrentado pela preta Florentina, em 1876, na cidade de Lages na província de Santa Catarina.

No ano de 1876 o Capitão Ignácio Coelho d’Ávila faleceu da presente vida e deixou a família de Florentina a mercê de um inventário e da separação dos bens do falecido por seus 15 herdeiros. Como veremos nas páginas subsequentes, as relações construídas pela mulher escravizada influenciaram os rumos de sua família e as possibilidades de manutenção¹. Assim sendo, objetiva-se compreender os caminhos trilhados pelos ingênuos e suas famílias, no bojo do sistema escravista em Lages — Santa Catarina — no período que tange a promulgação da Lei nº 2.040, em 1871 até o fim da escravidão no Brasil, 1888.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram empregadas como fontes os registros

¹ Este trabalho é uma síntese da dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

eclesiásticos de batismo e casamentos produzidos pela Igreja Católica, os inventários *post-mortem*, ações de liberdade, jornais de circulação provincial e a própria legislação de 1871. Para a sistematização destes dados construímos um banco de dados que proporcionou a quantitativa dos registros eclesiásticos, já para investigação qualitativa aportou-se na microanálise social e na História Social.

A cidade de Lages localiza-se a cerca de 230 quilômetros de Florianópolis e formou-se em meados do século XVIII, em consequência da passagem de tropeiros que eram responsáveis pelo transporte de animais de Viamão para as feiras em Sorocaba. Nos Campos de Cima da Serra, os tropeiros paravam e invernavam os animais, criando assim um ponto de pouso, desta forma, criou-se uma vila multiétnica, composta por indivíduos oriundos dos mais diferentes locais, principalmente de pessoas vindas de São Pedro do Rio Grande do Sul e da capitania paulista. Portanto, a composição local foi por sujeitos não-brancos; primeiro de pessoas que receberam sesmarias; e em segundo lugar por indivíduos empobrecidos que buscavam terras e oportunidades nos sertões do Brasil.

Desde os primórdios utilizou-se na vila a mão-de-obra escravizada, para o trabalho com a agricultura de subsistência e para as lides com os animais. As escravarias eram de pequeno e médio porte, considerando que a vila localizava-se em uma fronteira aberta com atividades econômicas voltadas à pecuária e a produção agrícola, que empregavam as famílias para o exercício do labor, classificam-se as escravarias em: pequenas, de 1 a 4; médias, de 5 a 9; e grandes, de 10 a 20 escravizados (VICENZI, 2015, p. 160). No que concerne a reprodução da escravidão, constatou-se o emprego da reprodução endógena, isto é, a manutenção dava-se pelos nascimentos de crianças com mães escravizadas, fato que também era propiciado pela equiparação numérica entre homens e mulheres.

Desta forma, investigar o impacto da lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 na cidade de Lages torna-se pertinente, ao considerar que a maior parte da estruturação da escravidão no local arquitetou-se na reprodução natural. Em 17 anos de vigência da Lei do Ventre Livre foram registrados 706 batismos de crianças ingênuas na cidade, um número considerável ao olhar-se os dados obtidos do censo de 1872 em que a população de pessoas escravizadas, em Lages, era de 805 indivíduos, entre homens e mulheres de todas as faixas etárias, o censo não discrimina a idade dos sujeitos arrolados. Isto é, houve um número similar de nascimentos de crianças ingênuas e de

sujeitos escravizados — uma proporção de 0,87 ingênuos para cada indivíduo escravizado.

Dos elementos que compunham os registros eclesiásticos a denominação de ‘cor’ foi um dos que alteraram-se com o passar dos anos, demonstrando o aspecto social impresso neste elemento e como as alterações nas conjunturas sociais na segunda metade do século XIX influenciavam os assentos batismais, antes deste momento a cor era colocada como delimitação do lugar social, logo, a inexistência da cor atrelava-se as simbologias da cidadania, visto que, após 1850 não podia-se perceber os ‘não-brancos’ livres como exceções controladas (MATTOS, p.102). Constatou-se que na cidade estudada os registros batismais dos ingênuos foram perdendo importância com o avanço do tempo, e um dos primeiros elementos a desaparecer com a chegada na década de 1880 foram as cores das crianças e das mães nos assentos.

O avanço do tempo e o conseqüente desaparecimento das informações eclesiásticas, como a cor, tiveram inúmeros fatores causadores, principalmente o enfraquecimento da identidade ‘branca’. Como Sidney Chalhoub assevera havia um medo por parte da elite e dos políticos negros que a população negra “tomasse as rédeas do processo de emancipação”, considerando o cenário pós Lei de 1871. Desta forma, as décadas finais da escravidão foram responsáveis pelo esvaziamento dos significados do termo ‘branco’ como “designador isolado de status social” (CHALHOUB, p.103).

Com isso em mente, voltamos para Florentina e sua família, membros de uma família negra, isto é, uma família com membros com diferentes condições sociais, fator que complexificava as relações existentes e a manutenção das famílias. Considera-se também a ideia de “fazer família” presente nas concepções das relações, indo além das relações de consanguinidade, que em diversos casos não propiciou a manutenção das relações. Apesar de podermos conhecer a família de Florentina, por meio das fontes, enfatiza-se a ausência da figura paterna, fato que não era uma exceção a composição familiar desta família. A organização familiar verificada em Lages demonstrou um alto índice de ilegitimidade (97,90%) perante a Igreja Católica; somente em 15 assentos (1,85%) o nome do pai constava, dando legitimidade à criança; em dois (0,25%) registros não havia nem um dos pais. Claro que, como a historiografia aponta, a falta do homem nos registros não significa a sua não existência na função de pai, perpassando no complexo sistema em que estavam inseridos.

No momento do inventário não há menção ao companheiro de Florentina nem de suas filhas, mesmo com o cruzamento de fontes não foi possível encontrar a figura paterna da família. No

inventário post mortem de Ignácio Coelho d'Ávila⁴⁰⁸ constam nove escravizados, são eles: José, 42 anos, campeiro; Inocêncio, 28 anos, campeiro; Serafim, 29 anos, campeiro; Miguel, 13 anos, campeiro; e Florentina e seus rebentos, Rita, parda, 24 anos, lavadeira; Theodora, 20 anos, mucama; Catharina, 19 anos, cozinheira; Emílio, 16 anos, campeiro; Manuel, 7 anos, falecido. No ano de feitura do inventário, Rita e Theodora já haviam dado à luz a crianças ingênuas que não foram citadas no documento.

Ao verificar as idades dos escravizados/as do capitão, pode-se levantar a hipótese que o campeiro José fosse o companheiro de Florentina. Mesmo com a possibilidade de negativa desta possibilidade, podemos adentrar no conceito de “fazer família”, visto a idade dos demais escravizados que remetem uma possível relação familiar entre os membros da escravaria, mesmo sem os laços sanguíneos. Os laços sanguíneos pré-determinam as relações, porém, não necessariamente definem os sentimentos de proximidades, considerando que as relações são construídas pelos atos cotidianos que são proporcionados pelo “viver junto” (LOBO, p.14). Diante deste pressuposto, Florentina seus filhos/as e os demais indivíduos compartilhavam o dia-a-dia, as vivências cotidianas, as horas de serviços, e na maioria das vezes o teto sob as cabeças, criando laços unidos pela vida.

A família negra de Florentina foi separada no momento do inventário do patriarca da família Coelho D'Ávila, entretanto, Florentina conseguiu manter consigo uma parte de seus filhos e, para salvaguardar os laços com suas filhas que foram viver em outros locais ela batizou seus netos, ingênuos, como madrinha, reafirmando a importância da ancestralidade e da figura da matriarca. Entretanto, nota-se que graças a preta Florentina e as relações criadas por ela com sua senhora, D. Ignez, a mãe escravizada conseguiu manter parte da sua família. Ainda, um ano após o inventário Florentina já era uma mulher liberta, fato que encontrado nos registros de batismos dos netos/afilhados. A rede de apoio de Florentina era sua família de convivência, e para preservar a proximidade, a mulher fez questão de manter fortes laços com sua senhora, a pessoa que poderia resguardar a família negra de Florentina e que representava a porta para sua liberdade e quiçá a seus familiares.

Por fim, empregamos a história da família negra de Florentina para expressar a complexidade das relações existentes nos confins do sertão de Santa Catarina. Uma família negra conduzida por uma mulher, – a ilegitimidade da família nos documentos oficiais era causada pela

não-casamento dos membros da família, fator que não era propiciado para os escravizados – que utilizou das suas relações para conquistar a liberdade. Esta família demonstrou a importância dos laços entre a família de convivência, além das redes de apoio, tanto com similares como com sujeitos com posição social superior, como a relação de Florentina e D. Ignez. No fim das contas, por meio das estratégias Florentina e seus familiares conseguiram minimizar o impacto da separação em suas vidas.

Referências

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: Os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MORISSON, Toni. **Amada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LOBO, Andréa de Souza. **Tão longe, tão perto**: Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista Cabo Verde. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VICENZI, Renilda. **Nos campos de cima da serra**: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850. 2015. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

Agradecimentos

Nossos sinceros agradecimentos a Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, pelo financiamento para a realização desta pesquisa.